

CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORANEO

field and city, rural and urban in contemporary Brazil

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol *

Resumo

As mudanças que ocorreram no Brasil a partir dos processos de industrialização, urbanização e, mais recentemente, de reestruturação produtiva, engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) e funcionalidades a esses recortes territoriais e seus conteúdos, resignificando-os. A crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, por um lado, e a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais nos espaços rurais, por outro, tem levado a uma revalorização do campo, apreendido não apenas como o lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas também como espaço para se viver. Em virtude dessas mudanças, houve a emergência de novas perspectivas e enfoques de análise sobre as relações campo-cidade e rural-urbano que consideram outras dimensões e processos e não apenas aqueles centrados nas atividades econômicas. Considerando as diferentes possibilidades de análise e de recortes teórico-metodológicos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano, se pretende neste artigo analisar, com base em revisão bibliográfica e reflexões teóricas, a importância de se reafirmar as particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre esses espaços podem assumir no período contemporâneo.

Palavras-chave: Relações campo-cidade, Rural-urbano, Particularidades, Brasil.

Abstract

Changes that took place in Brazil from the processes of industrialization, urbanization and, recently, production reorganization engendered many consequences on rural-urban relations, resulting in new dynamics (economic, social, cultural and political), and functionalities to the territorial cuts and their contents, giving a new meaning to them. The increasing deterioration of living conditions in Brazilian urban centers, on one hand, and the presence of new activities, functions, subjects and social players in rural areas on the other hand, has led to a reevaluation of the field, perceived not only as a place for agricultural activities development, but also as place to live. Due these changes, there was the emergence of new perspectives and approaches to analysis on rural-urban relations and field-city considering other dimensions and processes not only those focused on economic activities. Taking into consideration different opportunities of analysis and theoretical-methodological cutouts on relations rural-urban and field-city is intended to analyze in this article, based on literature review and theoretical discussions, to reaffirm the importance of the peculiarities that distinguish the field and the city as well as the ways that the complementarity between these spaces can play in contemporary period.

Key words: Rural-urban relations, Field-city, Particularities, Brazil.

Résumé

Les changements qui se sont produits au Brésil à partir des processus de l'industrialisation, l'urbanisation et, plus récemment, la restructuration de la production ont engendré multiples conséquences aux relations entre zones rurales et urbaines, entraînant en nouvelles dynamiques (économique, social, culturel et politique), et fonctionnalité a ces coupes territoriales et leurs contenus, donnant une nouvelle lecture pour eux. La détérioration des conditions de vie dans les villes brésiliennes, d'une part, et la présence de nouvelles activités, les fonctions, sujets et acteurs sociaux dans les zones rurales, d'autre part, ont conduit à une revalorisation du rural, appréhendé non seulement comme lieu de développement des activités agricoles, mais aussi comme un endroit pour vivre. À cause de ces changements, il y a eu l'émergence de nouvelles perspectives et d'approches à l'analyse des relations rurales-urbaines et campagne-ville considérant d'autres dimensions et des processus, et pas seulement ceux qui sont axés sur les activités économiques. Considérant les différentes possibilités d'analyse et de coupures théorico-méthodologiques sur les relations entre rural-urbain et campagne-ville, on veut examiner dans cet article, basé sur l'examen de la documentation et des réflexions théoriques, en réaffirmant l'importance des spécificités qui permettent de distinguer les campagnes et les villes ainsi que les façons que la complémentarité entre ces lieux peut jouer dans la période contemporaine.

Mots-clés: Relations campagne-ville, Rural-urbain, Particularités, Brésil.

(*) Prof.^a Dr.^a do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19 060 900 - Presidente Prudente (SP), Brasil. Tel: (+55 18) 32295300 - rosangel@fct.unesp.br

INTRODUÇÃO

O campo e a cidade passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, que resultaram em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano.

Esse foi um dos motivos que fizeram com que no Brasil, a partir do início dos anos 1990, houvesse a retomada dos estudos e reflexões sobre as relações campo-cidade, já que para muitos estudiosos esse debate estava superado em virtude das mudanças que ocorreram na agricultura com o processo de modernização tecnológica e que ampliaram as relações agricultura-indústria, resultando na tendência à urbanização da sociedade brasileira.

Entretanto, a deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles – mas, não exclusivamente nelas-, em virtude do agravamento dos problemas de falta de saneamento básico, habitação, transporte público, atendimento médico-hospitalar etc., tem levado a uma revalorização do campo, não apenas como lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços etc.

No Brasil, além dessas transformações pelas quais passaram campo e cidade, os próprios critérios oficiais utilizados pelo IBGE para definir o que é rural e urbano têm promovido discussões em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, já que essa instituição ainda se utiliza da delimitação criada em 1937 durante o Estado Novo, e que, por consequência, não leva em consideração as recentes mudanças que ocorreram nesses espaços e que redefinem suas formas e conteúdos neste início de século.

Considerando as diferentes possibilidades de análise e de recortes teórico-metodológicos sobre o rural e o urbano no Brasil, se pretende neste artigo analisar, com base em revisão bibliográfica e em algumas reflexões teóricas, a importância de se reafirmar as particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre cidade e campo podem assumir no país no período contemporâneo.

RURAL E URBANO, CAMPO E CIDADE: pressupostos teóricos

Para se compreender o rural e o urbano no contexto contemporâneo é necessário, antes de mais nada, vinculá-lo ao seu par dialético, ou seja, o campo e a cidade. Para expressar o que estamos entendendo sobre campo-cidade e rural-urbano, é necessário distinguirmos com clareza os seus significados, pois como destaca Whitacker (2010, p. 191):

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão (...). Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, (...) uma dimensão processual, são conteúdo e contingente.

Campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BIAZZO, 2009, p. 144).

Historicamente, esses pares rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente, pois embora “apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto uma totalidade concreta do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2010, p. 195 apud LOPES; WENDEL, 2010). Campo e cidade, rural



e urbano, expressam, numa perspectiva marxista, no modo de produção capitalista, a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho.

Além dessa vinculação dialética entre rural-urbano e campo-cidade, se faz necessário considerar que os avanços da ciência, da técnica e da informação se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica socioespacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano.

Na perspectiva de Santos (2000), o aprofundamento das técnicas e a sua difusão de forma diferenciada nos espaços revelam cada vez mais a capacidade do homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em relação às condições naturais. Deste modo, como enfatiza o autor:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2000, p.88).

Para esse autor, o constante processo de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima o campo da cidade, pois nas “condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 1996, p. 106)

No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura – aprendida pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico -, favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc., resultando numa maior heterogeneidade socioespacial. Daí a crescente dificuldade em se definir na atualidade as fronteiras normativas e analíticas entre esses espaços.

De uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, o Brasil teve seu perfil demográfico invertido e, na atualidade, ela é, segundo os critérios normativos utilizados pelo IBGE, predominantemente urbana. Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas que, como destaca Silva (2011, p. 04),

[...] anteriormente, era um fenômeno restrito às grandes cidades. Hoje, processo análogo acontece em cidades médias e até pequenas tornando a periferização uma configuração urbana expandida, presente, praticamente, em todo o território urbano nacional. Sua presença denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infra-estrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. (...) Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo campo e cidade.

Muitas dessas periferias têm se expandido, mesmo que de forma irregular, em áreas que oficialmente ainda são definidas como rurais (CAIADO; SANTOS, 2003).

Como consequência desses processos de expansão urbana, do maior desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações e da maior incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em parte do setor agropecuário nacional, o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem.

Para Schneider (2006) são vários os fatores que podem explicar essas mudanças no espaço rural, tais como: o processo de modernização tecnológica da agricultura, que atingiu de forma diferenciada as regiões, as etapas do processo produtivo e as diferentes categorias de produtores



rurais; a expansão de atividades não-agrícolas e da pluriatividade em virtude do crescente processo de urbanização e de expansão das cidades sobre o campo, resultando em alterações nas ocupações agrícolas, sobretudo no entorno das cidades; e a crise do setor agrícola, sobretudo a partir dos anos 1990, em virtude da abertura econômica e que, entre seus vários efeitos, resultou na redução da rentabilidade dos principais produtos do setor agropecuário brasileiro.

Em virtude dessas mudanças, a perspectiva de entendimento do espaço rural apenas como o lugar de realização das atividades agropecuárias pode obstaculizar a compreensão de outras funções, atividades e agentes/sujeitos presentes no campo. Nessa perspectiva, emergem, a partir dos anos 1990, abordagens que procuram focar as novas ruralidades em que o caráter multifuncional dos espaços rurais passa a ser reconhecido (CARNEIRO, 2006; MEDEIROS, 2011).

Nesse contexto, nas áreas rurais e periurbanas mais próximas aos grandes centros urbanos, em que parte dos cidadãos, de maior poder aquisitivo, demandam uma maior aproximação com a “natureza” e o mundo rural, passam a ser desenvolvidas atividades e ocupações que, não necessariamente estão vinculadas à produção agropecuária, como o turismo realizado no espaço rural (chácaras de lazer, pesque-pagues, spas etc.), moradias secundárias para a classe média urbana, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros etc.) (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000).

Moreira (2012, p. 18) destaca que as “características das múltiplas funções existentes no espaço rural variam de região para região, depende das potencialidades naturais, da distância dos centros urbanos e das necessidades socioeconômicas.” Além desses fatores destacados pela autora, podemos acrescentar outros elementos importantes, como a disponibilidade de infraestrutura e equipamentos disponíveis, as condições socioeconômicas dos consumidores urbanos e a maior (ou menor) valorização dos aspectos culturais.

No período atual, entender o rural não é algo que se restringe a seu campo imediato. As relações estabelecidas entre campo e cidade possuem uma amplitude cada vez maior e devem ser pensadas na totalidade que as integra em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação regional. Os espaços rurais não podem mais ser objetos de estudo desarticulados do contexto (regional, estadual, nacional ou global) em que estão inseridos (MELO, 2008).

Dessa forma, embora no período contemporâneo as articulações entre campo e cidade tenham se intensificado, esses espaços continuam apresentando características que lhe são específicas, particulares, como fragmentos do espaço geográfico (totalidade).

PERSPECTIVAS DE ANÁLISES DO RURAL E DO URBANO, DO CAMPO E DA CIDADE

A complexidade e os distintos níveis e graus de intensidade que as relações rural-urbano e campo-cidade assumiram ao longo do tempo, em contextos espaciais diferenciados, levaram os estudiosos das Ciências Humanas e Sociais a formularem abordagens que consideram a maior ou menor integração entre esses espaços.

As definições existentes do que seja rural e urbano, campo e cidade, de uma forma geral, estão associadas a três grandes abordagens: a dicotômica, a de continuum e a de permanência das ruralidades (MOTA; SCHMITZ, 2002).

A abordagem que considera a dicotomia campo-cidade vincula-se a uma visão marcadamente setorial, considerando que o campo está restrito à produção agropecuária e a cidade se volta à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços para a população nela residente e no seu entorno. Nessa abordagem, as definições clássicas, formuladas a partir do final do século XIX, partem da constatação de vários aspectos da realidade com o objetivo de ressaltar as principais diferenças do espaço rural em relação ao urbano, constituindo-se em um alicerce para a formulação de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano (REIS, 2006).

Reis (2006, p. 3) destaca que as contribuições de Max e Weber ao ressaltarem que:

[...] pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente.

Nessa perspectiva, o trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1929) se constituem em referência dessa abordagem dicotômica, já que a ênfase era dada às diferenças que marcavam esses dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade e vice-versa.

É necessário considerar que o desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir da Revolução Industrial, ao propiciar a menor dependência do homem em relação às condições naturais, acentuou as diferenças entre campo e cidade, já que o primeiro, em virtude da sua maior proximidade com a natureza e menor incorporação tecnológica, passou a ser visto como arcaico e atrasado; enquanto que o segundo, pela maior presença do ambiente construído, artificializado e da utilização mais intensa da tecnologia, passou a ser apreendido como o lugar do moderno e do progresso.

Nesse sentido, Ferrão (2000) destaca que:

[...] a emergência de uma nova sociedade urbano-industrial acarretou duas conseqüências principais para as áreas rurais. Por um lado, inicia-se um acentuado processo de perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural. Por outro lado, este tende a ser globalmente identificado com realidades arcaicas, enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como o palco, por excelência, do progresso (FERRÃO, 2000, p. 2).

Com a intensificação do processo de urbanização e o agravamento dos problemas urbanos, se alterou, em parte, essas perspectivas analíticas que ressaltavam essa dualidade entre o campo/arcaico/atrasado e a cidade/moderna/progresso. Surgem, então, visões idealizadas do campo, valorizando-o, principalmente em relação aos aspectos ligados à natureza, ao sossego, a tranquilidade e a beleza. Essas visões idealizadas contribuíram para a criação de novos mitos e o fortalecimento da dicotomia entre campo (harmonioso) e cidade (conflituosa) (BAGLI, 2006).

Ao analisar as mudanças econômicas em áreas rurais da União Européia, Ferrão (2003) ressalta que a persistência da visão dicotômica entre campo e cidade,

[...] parece relacionar-se com o grau de subdesenvolvimento das regiões: em áreas onde a agricultura mantém uma importância social, econômica e simbólica elevada e onde os efeitos dos valores e dos estilos de vida urbanos são menos intensos, a identificação do mundo rural com realidades centradas na natureza e na agricultura é ainda muito significativa. Por estas razões, as áreas rurais são vistas como opondo-se às áreas urbanas (FERRÃO, 2003, p. 252).

No caso da realidade brasileira, a visão dicotômica foi dominante até os anos 1980 e, mesmo na atualidade, ela ainda esta presente em certas instituições, agências e políticas, sendo o espaço rural entendido de maneira restrita, ou seja, apenas como o local em que se realiza a produção agropecuária.

A segunda abordagem, que advoga o fim do rural, assenta-se no argumento de que a ampliação dos processos de industrialização e globalização provocou a urbanização geral da sociedade, tendendo a homogeneizar todos os espaços, sejam eles rurais ou urbanos.

De acordo com Wanderley (2001, p. 33)

O fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de continuum rural-urbano. Este conceito – tanto quanto o de urbanização do campo – é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano centrada” (Rambaud, 1973),



que privilegia o polo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes, que se impõem ao conjunto e que tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano. (...) Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano, apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

Essa perspectiva também está relacionada a uma concepção dualista da realidade, já que considera o rural e o urbano como polos extremos em uma escala de gradação que resultaria na urbanização geral da sociedade.

Um exemplo dessa abordagem foi a enfocada no Projeto Rurbano, coordenado por Graziano da Silva, em que ao se abordar diferentes espaços rurais no país, se indicou que a urbanização do campo levaria ao desaparecimento do rural ou a perda das suas particularidades.

Por fim, há a abordagem que nos parece a mais procedente, que defende a permanência de diferentes ruralidades derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais.

Nesta perspectiva, Mota e Schmitz (2002) reconhecem as transformações que atingiram o meio rural, mas defendem que há pertinência em se considerar o rural como categoria de análise do social, pois tem “particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 393).

Os mesmos autores enfatizam que há uma progressiva ampliação do fluxo de pessoas, matérias-primas e informações no campo. As atividades econômicas no meio rural tendem a se diversificar. No entanto, há o reconhecimento pela sociedade de que o espaço rural possui características suficientes para se diferenciar do meio urbano e existe uma memória social relativa às diferenças entre as sociedades urbana e rural. Não houve, portanto, a homogeneização dos espaços rurais, sendo apropriado se considerar que existem diferentes “ruralidades” (MOTA; SCHMITZ, 2002).

De acordo com Carneiro (1998), não há como negar que no período atual existe uma maior aproximação entre os mundos rurais e urbanos, tornando cada vez mais difícil a delimitação entre as suas fronteiras. No entanto, essa maior aproximação e articulação entre o rural e o urbano não leva necessariamente à homogeneização e à urbanização da sociedade.

Para Carneiro,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era tradicionalmente definido como ‘rural’, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos ‘naturais’, por exemplo) e das práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1997, p. 158).

Ao mesmo tempo em que não é possível desconsiderar as intensas transformações ocorridas nas relações entre o campo e a cidade derivadas dos processos de globalização, industrialização, urbanização e, mais recentemente, da reestruturação produtiva, não é adequado adotar uma visão homogeneizadora, sob o risco de não se entender a realidade nas suas múltiplas dimensões.

Neste aspecto, as considerações de Santos (1988) sobre os efeitos do processo de globalização no espaço geográfico são elucidativas. Esse autor defende que a globalização não provoca a homogeneização do espaço, mas ao contrário, com a ampliação das especializações produtivas das regiões determinadas pela globalização, intensificam-se as diferenciações do espaço. Para o referido autor,

[...] se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (SANTOS, 1988, p. 46 e 47).



Campo e cidade são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem e, portanto, qualquer definição a priori que se apresente de forma estanque pode impossibilitar uma análise mais completa da realidade que, em si, é dotada de uma multiplicidade de sentidos.

O espaço e a sociedade rural mudaram, pois parte da população residente no campo incorporou hábitos urbanos em decorrência da expansão da infraestrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pelas mídias, principalmente pela televisão. Assim, como parte da população rural que migrou para as cidades também procura manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas.

As relações entre cidade e campo podem ser interpretadas a partir do território. A importância que o conceito de território assume no período atual demonstra a necessidade que os cientistas sociais e, em particular os geógrafos, tem para tentar abranger as relações de poder, a multidimensionalidade e as diferentes escalas que os eventos assumem. Por isso, o conceito de território, numa perspectiva normativa, tem sido incorporado na elaboração de políticas públicas em vários países. No Brasil, entre as políticas do governo federal que têm como abordagem e estratégia de ação os territórios, se destacam o Programa Territórios da Cidadania e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As articulações entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, mas mesmo assim o campo e a cidade continuam apresentando particularidades que são específicas, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes das zonas rurais e urbanas.

Como destaca Wanderley (2001, p. 32), “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”.

Diante de tais mudanças, as noções de rural-urbano e campo-cidade precisam ser reformuladas. Atualmente não se pode identificar o campo apenas como o local de realização da atividade agropecuária, embora ela possa ser a mais importante na maioria das regiões interioranas do país, mas, não é a única - se é que algum dia já foi -, pois outras atividades (como o processamento artesanal), funções (de moradia, lazer e turismo, ambiental etc.) e sujeitos (como os assentados neorurais) têm sido incorporados ao meio rural. Dessa forma, ampliam-se as coexistências, as contradições e os conflitos entre diferentes temporalidades e espacialidades presentes no rural.

Como destaca Marques (2003a, p. 108):

Além dos diferentes conteúdos assumidos pelos espaços urbano e rural no tempo (...), a contemporaneidade também comporta o diverso. A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

No espaço rural ainda reside uma parcela importante da população do país, a despeito do esvaziamento demográfico provocado pelo êxodo rural em muitas regiões. Assim, não se deve contrapor de maneira linear diferenciações rigorosas entre os espaços e sociedades rurais e urbanas, reforçando-se, assim, as velhas perspectivas dicotômicas.

Marques (2003b, p. 507) salienta que nos últimos anos a dicotomia urbano-rural tem sido “substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial”.

O espaço rural não deve ser entendido em oposição ao espaço urbano, mas em sua relação de complementaridade com as cidades, “em que cada um não perde a sua identidade socioeconômica e cultural” (TAVARES, 2003, p. 38).



A consolidação de relações de proximidade entre os espaços rurais e urbanos está associada às condições de acesso a infraestrutura, equipamentos coletivos e serviços à população rural que garantam a cidadania e a autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmar a importância das particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre esses espaços podem assumir no período contemporâneo, constituiu-se no objetivo principal do texto.

Como as mudanças engendradas pelos processos de globalização, de urbanização e de reestruturação produtiva, não ocorreram ao mesmo tempo e nem com a mesma intensidade em todos os lugares, a diferenciação e a heterogeneidade dos espaços rurais e urbanos se ampliaram.

Em muitos municípios do interior do país, as atividades agropecuárias ainda são predominantes e exercem um papel importante na economia local, embora em algumas áreas, sobretudo naquelas mais próximas aos grandes centros urbanos e com população com maior poder aquisitivo, também sejam desenvolvidas muitas atividades não agrícolas no espaço rural, por meio da presença de pesque-pagues, hotéis-fazenda, agroindústrias, pescadores, turismo de aventura etc.

Além dos agricultores que residem no espaço rural, há também outros atores sociais (aposentados, famílias pluriativas, trabalhadores urbanos etc.) que, seja em virtude das condições cada vez mais difíceis e precárias (violência, desemprego, custo de vida elevado etc.) de se viver nas cidades, associadas à melhoria da infraestrutura, a maior facilidade para se deslocar até a cidade (transporte público, acesso facilitado para a aquisição de carros e motos) e para se comunicar (telefonia celular) de algumas regiões do país, têm optado por residir no campo, embora mantenham estreitas relações e vínculos com as cidades e com o modo de vida urbano.

A própria revitalização e o maior dinamismo econômico de algumas áreas em virtude da implantação e da consolidação de assentamentos rurais provocaram alterações socioeconômicas significativas nas regiões em que estão inseridos, resultando numa maior articulação entre a cidade e o campo. As novas dinâmicas socioeconômicas regionais decorrentes da implantação dos assentamentos rurais têm sido foco de diversas pesquisas. Em algumas delas, como é o caso de Souza (1996), Chelotti (2003), Mendes (2005), Miralha (2006) e Souza (2007), se procurou analisar os efeitos socioespaciais que os assentamentos rurais têm gerado nas regiões em que se situam, sobretudo a partir da intensificação das relações entre cidade e campo. Isso porque, a constituição de assentamentos rurais provoca uma reorganização (fundiária, produtiva, econômica, política etc.) que coloca novas demandas e conquistas não apenas para os assentados, mas para a população que vive no seu entorno, não apenas nas áreas rurais, mas também urbanas, por meio de serviços públicos de saúde, educação, transporte, manutenção das estradas rurais etc.

Verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantém suas particularidades.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENTEJANO, P. R. R.. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, v. 2, n.21, p.25-39, jul/dez. 2003.
- BAGLI, P. Rural e Urbano. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.
- BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. IV ENGRUP, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: FFLCH/USP, p 132-150, 2008.
- CAIADO, A. S. C.: SANTOS, S. M.M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, nº 17, v. 3-4, p. 115-124, 2003.

- CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. A **diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.
- CARNEIRO, M. J.O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (Orgs.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/ Pronex, 1998.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 23, **Anais...** Natal: Sober, p.147-185, 1997.
- CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. Pres. Prudente: PPGG, FCT/UNESP, 2003 (Dissertação de mestrado em Geografia).
- FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE** (Santiago - Chile), vol.26, nº78, p.123-130, Set. 2000.
- FERRÃO, J. Mudança econômica em áreas rurais: uma visão evolucionista. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, Série 1, Vol. XIX, Porto, p. 245-253, 2003.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, IE, 1999 (Coleção Pesquisas 1).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.gov.br> Acesso em agosto de 2012.
- MARQUES, M. I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, SP, Ano 18, nº 19, p. 95-112, Jul./Dez. 2003a. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/6_O_conceito_de_espa_o_rural_em_questao.pdf>. Acesso em: 08/08/2012.
- MARQUES, T. S. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, 1 Serie, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003b.
- MEDEIROS, R. M. V. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, p. 59-66, 2011.
- MELO, S. C. de. Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28; n. 1. p. 99-114, jan. / jun. Goiânia, 2008.
- MENDES, N. A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista**. Pres. Prudente: PPGG, FCT/UNESP, 2005. 220 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- MIRALHA, W. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP**. Pres. Prudente: PPGG, FCT/UNESP, 2006. 199 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- MOREIRA, E. V. **Ruralidade e multifuncionalidade no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul – SP**. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2012 (Tese de doutorado em Geografia).
- MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.
- REIS, D. S. dos. O Rural e o urbano no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15. **Anais...** Caxambu (MG), p. 01-13, 2006.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. SP: Record, 2000.
- SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. A. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, nº 44, p. 11-44, 2000.
- SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7. **Anais...** Quito, Ecuador, p. 01-19, 2006.



- SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, nº8, p. 3-11, Ago./Dez. 2011.
- SOUZA, S. P. **Os assentamentos rurais no contexto espacial e sócio-econômico do município de Euclides da Cunha Paulista**. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 1996 (Monografia de Bacharelado em Geografia).
- SOUZA, S. P. **Os assentamentos rurais e as novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio - SP**. Pres. Prudente: PPGG, FCT/UNESP, 2007 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- SOUZA, S. T. Relação Campo-cidade: em busca de uma tentativa dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 195-208, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, p. 198-224, 1986.
- TAVARES, L. A. As fronteiras físicas do espaço rural – uma concepção normativo-demográfica. **Revista RA&GA**, Curitiba, nº 7, p. 33-46, 2003.
- WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).
- WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires, p. 31-44, 2001.

Trabalho enviado em junho de 2013
Trabalho aceito em agosto de 2013